



UMA SÍNTESE DOS DEBATES SOBRE AS ORIGENS DO CAPITALISMO

Sylvio Antônio kappes	Professor Adjunto no Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Economia do desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do <i>Keynesian Economic Working Group do Young Scholars Initiative (YSI)</i> e-mail:sylviokappes@gmail.com
------------------------------	--

Resumo	O objetivo do presente artigo é apresentar uma síntese dos debates sobre a origem histórica do capitalismo. Porém, falar de “origens” ou “surgimento” do capitalismo deixa implícita a suposição de que havia algo anterior a este sistema. Portanto, será também sintetizado o debate sobre as características fundamentais do feudalismo, e como estas características contribuíram (ou não) para o surgimento do capitalismo. O trabalho está estruturado da seguinte forma. Além da introdução, a seção 2 apresenta as características gerais do feudalismo Europeu. A seção 3 discute as características distintas do feudalismo inglês e como elas deram origem ao capitalismo. A seção 4 discute o papel do capital mercantil, o surgimento das manufaturas e a Revolução Industrial, bem como o papel do Estado nessas etapas de desenvolvimento. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.
---------------	---

Palavras-chave	capitalismo; feudalismo; história econômica.
-----------------------	--

A SUMMARY OF THE DEBATES ON THE ORIGINS OF CAPITALISM

Abstract	The purpose of this article is to present a synthesis of debates about the historical origin of capitalism. However, speaking of the “origins” or “emergence” of capitalism implies the assumption that there was something prior to this system. Therefore, the debate about the fundamental characteristics of feudalism will also be synthesized, and how these characteristics contributed (or not) to the emergence of capitalism. The work is structured as follows. In addition to the introduction, section 2 presents the general characteristics of European feudalism. Section 3 discusses the distinctive features of English feudalism and how they gave rise to capitalism. Section 4 discusses the role of mercantile capital, the emergence of manufactures and the Industrial Revolution, as well as the role of the state in the stages of development. Finally, some final considerations are presented.
-----------------	---

Keywords: capitalismo; feudalismo; história econômica.

	Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/	Submetido em 29/10/2021 Aprovado em 03/11/2021 Publicado em 10/03/2022
---	---	--

INTRODUÇÃO

Existem diversos motivos para se estudar as origens do capitalismo. O primeiro deles é o interesse historiográfico em si. Um segundo motivo, mais relacionado aos interesses acadêmicos dos economistas, é ser capaz de explicar um resultado longe de ser óbvio: como a Europa, tão atrasada em relação a muitas nações asiáticas ao longo de vários séculos, conseguiu ser o berço de um novo sistema de produção que a alçou à posição de supremacia econômica, política e militar¹?

Mas falar de “origens” ou “surgimento” do capitalismo deixa implícita a suposição de que havia algo anterior a este sistema; mais ainda, é afirmar que o mesmo existe como entidade histórica. Essa última frase pode parecer estranha, mas é um ponto crucial entre as motivações de boa parte dos estudiosos citados no presente trabalho. Quem nos dá a chave para entender essa estranha afirmação é Dobb (1946, p. 2): “If capitalism does not exist as an historical identity, critics of the present economic order who call for a change of system are tilting at windmills”. Portanto, debruçar-se sobre a origem histórica do capitalismo é importante não apenas como exercício acadêmico, mas também como ação política, pois, se não formos capazes de apontar para sua origem nem de enumerar suas características definidoras, como faremos críticas ao sistema ou clamaremos por mudanças no mesmo?

Falar sobre o surgimento do capitalismo exige que o feudalismo também seja discutido. Estudar esse modo de produção, sua dinâmica interna e as diferenças, ainda que sutis, na forma de manifestação de suas principais características em locais distintos nos ajuda a entender o porquê de o capitalismo ter surgido em um determinado local ao invés de outro. Mais especificamente, entender as características próprias do feudalismo inglês é imprescindível para que se entenda o surgimento do capitalismo na Inglaterra, ao invés de em outros locais em outros tempos, como nas cidades-estado italianas ou na Holanda.

¹ Uma boa referência para o estudo comparativo entre Europa e Ásia dos séculos que antecederam o capitalismo à revolução industrial é Pomeranz (2000).

O artigo está estruturado da forma como segue. A seção 2 apresenta as características gerais do feudalismo Europeu. A seção 3 discute as características distintas do feudalismo inglês e como elas deram origem ao capitalismo. A seção 4 discute o papel do capital mercantil, o surgimento das manufaturas e a Revolução Industrial, bem como o papel do Estado nessas etapas de desenvolvimento. Por fim, apresento algumas considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DO FEUDALISMO

Há basicamente dois grupos dentro do debate sobre a queda do feudalismo e o surgimento do capitalismo. Um deles entende o feudalismo como um modo de produção no qual existe um dinamismo interno, sendo este dotado de contradições internas que, se acentuadas, acabam por criar as condições de superação do próprio feudalismo. O outro grupo, no entanto, vê o feudalismo como um modo de produção pouco dinâmico, embora resiliente, e que sua superação só pode ser alcançada mediante alguma força externa ao sistema. Neste artigo, os representantes do primeiro grupo cujas ideias serão exploradas são, entre outros, Dobb, Hilton, Hibbert e Brenner; quanto ao segundo grupo, exploraremos somente o trabalho de Sweezy².

O feudalismo como um sistema dinâmico.

Antes de avançar na discussão, é útil apresentar uma definição do que é o feudalismo. Para Dobb (1946), isso deve ser feito em termos da relação de produção típica deste sistema: “[feudalism is] virtually identical with what we generally mean by serfdom: an obligation laid on the producer by force and independently of his own volition to fulfill certain economic demands of an overlord, whether these demands take the form of services to be performed or of dues to be paid in money or in kind” (DOBB, 1946; p. 35).

Além desta definição, Dobb (1946) oferece uma série de características típicas do sistema feudal. Em relação aos aspectos técnicos, o feudalismo é um modo de produção caracterizado por um baixo nível tecnológico, com instrumentos de produção simples e de baixo custo, além de um baixo desenvolvimento da divisão do trabalho. Quanto ao destino da produção, esta é feita principalmente para servir às necessidades de subsistência do camponês e para cumprir suas

² Um nome importante pertencente a esse segundo grupo é o do historiador Henri Pirenne. Sua obra, no entanto, será referenciada neste trabalho somente de forma indireta, através de discussões feitas por outros autores.

obrigações para com o senhor feudal. Quando a produção é comercializada, é feita ao nível do mercado local, do vilarejo ou cidade mais próximo do produtor (DOBB, 1946, p. 36-37).

Hilton (1953) também oferece uma caracterização do feudalismo: “*The principal feature of the mode of production in feudal society is that the owners of the means of production, the landed proprietors, are constantly striving to appropriate for their own use the whole of the surplus produced by the direct producer*” (p.343). O motivo pelo qual os senhores feudais buscam maximizar sua renda é sua luta para manter sua posição como agentes dominantes e, se possível, estendê-la. Isso tudo se dava por meio do constante estado de guerra que a classe feudal mantinha. Os lordes menos capazes de extrair renda dos camponeses fatalmente sucumbiriam àqueles cuja capacidade fosse maior (HILTON, 1953, p. 345).

Essa pressão pela extração de renda é peça-chave na análise de Hilton: “*The demand for rent in its widest sense was clearly the important factor in determining the movement of the feudal economy. The obligation on the part of the peasant to hand over his surplus could have either the effect of depressing him completely or of stimulating him to increase his production on his holding*” (HILTON, 1953, p. 346). De acordo com esse autor, este último efeito foi o preponderante. Como corolários desse movimento, ele aponta para o crescimento dos mercados medievais iniciados a partir do século XI e da expansão na área cultivada, iniciada nesta mesma época e que durou até o final do século XIII. Além disso, ele aponta que o surgimento de grandes centros urbanos como Veneza, Gênova, Bruges, Paris e Londres é precedido por esse desenvolvimento nas forças produtivas (HILTON, 1953, p. 347).

O crescimento da produção para o mercado acelera o processo de diferenciação da classe camponesa³. Os mais bem sucedidos passam a converter seus lucros em maiores aumentos da produtividade. Em certo momento, que Hilton (1953) coloca no século XV, o principal estímulo para aumentos da produtividade deixa de ser a extração de renda por parte do senhor feudal e passa a ser as oportunidades de ganho nos mercados.

Entretanto, por maiores que fossem as pressões dos senhores feudais para extrair renda, e por mais promissores que fossem os ganhos nos mercados, o feudalismo não tinha uma capacidade técnica para produzir a níveis desejáveis, seja porque não favorecia a divisão do trabalho, seja por

³ Esse processo será detalhado na seção 3.

não abrir espaço para acumulação de capital além da aquisição de terras e rebanhos. Dobb (1946, p. 42) resume bem esse ponto: “*it was the inefficiency of Feudalism as a system of production, coupled with the growing needs of the ruling class for revenue, that was primarily responsible for its decline*”.

É importante ressaltar que os fatores até aqui apresentados (crescente necessidade de renda por parte dos senhores feudais, diferenciação dos camponeses, baixa capacidade técnica) são todos fatores internos ao feudalismo. Se estes fatores levam ao declínio e à superação deste modo de produção, então ele possui um elevado grau de dinamismo interno. A visão da corrente explorada na subseção seguinte é oposta a essa conclusão.

O feudalismo como um sistema estagnado e resiliente

Uma outra corrente entende o feudalismo como um sistema sem dinamismo interno capaz de levar à sua própria superação, além de ser resiliente a choques externos que tenham o potencial de derrubá-lo. O principal autor a ser tratado aqui é Paul Sweezy. Esse autor concorda que a competição entre lordes e o contínuo estado de guerra, bem como mudanças populacionais, são elementos de instabilidade no sistema, mas acredita que tais elementos possuem um viés forte no sentido de manter os métodos e as relações de produção já existentes. Por conta disso, o feudalismo só pode ser superado por forças externas a ele, e a força aqui considerada é a do comércio mediterrâneo, que se manteve fechado pelos árabes entre os séculos VII e XI (SWEEZY, 1950, p. 137).

Sweezy também argumenta que os elementos de dinamismo apontados por Dobb (1946) são melhor explicados se forem vistos como fatores externos ao feudalismo. Em primeiro lugar, a crescente necessidade de renda por parte das elites feudais está ligada não apenas às guerras, mas também ao comércio de bens de luxo. Este era praticamente inexistente até a reabertura das rotas comerciais mediterrâneas, no século XI. Em segundo lugar, a existência de cidades, que Sweezy entende como antitéticas ao feudalismo por serem ligadas precisamente ao elemento não-feudal que derruba o sistema (ou seja, o comércio), agem como ímãs ante a massa de camponeses super-explorados, atraindo-os para si e, assim, potencializando os efeitos populacionais (SWEEZY, 1950, p. 139-141).

Dobb (1950) oferece uma possibilidade de reconciliar as duas visões, sem tirar a primazia da primeira delas:

He [Sweezy] seems to see it as a question of *either* internal conflict *or* external forces. This strikes me as much too simplified, even mechanical, a presentation. I see it as an *interaction* of the two; although with primary emphasis, it is true, upon the internal contradictions; since these would, I believe, operate in any case (if on a quite different time-scale), and since they determine the particular form and direction of the effects which external influences exert (DOBB, 1950; p. 160).

Antes de encerrarmos esta seção, discutiremos com mais detalhes a questão das cidades e do comércio serem elementos externos ou internos ao feudalismo.

Cidades e comércio: elementos internos ou externos ao feudalismo?

Conforme apontado na discussão das duas correntes acima, alguns autores apontam que o feudalismo caiu por elementos externos a ele, e que tais elementos seriam, majoritariamente, o comércio e o crescimento das cidades. Nesta subseção, elencamos argumentos que mostram que esses elementos não são externos ao feudalismo, e que sua presença não necessariamente enfraquece o sistema.

Sobre a proximidade de mercados e queda do feudalismo, Dobb (1950, p. 161) aponta que *“It was precisely in the backward north and west of England that serfdom in the form of direct labor services disappeared earliest, and in the more advanced south-east, with its town markets and trade routes, that labor services were most stubborn in their survival”*. Além disso, a Prússia ao leste do rio Elba, no século XV, presenciou tanto um aumento no comércio de cereais quanto uma piora nas liberdades individuais dos camponeses. Portanto, a presença do comércio não necessariamente leva a um enfraquecimento do feudalismo.

Quanto às cidades, Hibbert (1953) critica a teoria do surgimento das cidades medievais de Henri Pirenne. De forma resumida, essa teoria prega que as cidades medievais surgiram de antigas caravanas mercantes que, com o passar do tempo, criaram assentamentos fixos que mais tarde deram origem às principais cidades da Europa medieval. Hibbert (1953, p. 18-23), no entanto, utiliza ampla evidência historiográfica que mostra que as principais cidades, bem como alguns dos mercados nelas estabelecidos, surgiram do próprio sistema feudal⁴. Em geral, as principais

⁴ As cidades analisadas são: Genova, Milão, Florença, Bolonha, Lincoln, Bergen, Liège, Dinant, Arras, Cambridge, Bruxelas e Douai.

famílias das cidades medievais possuíam títulos feudais inferiores e em geral se engajavam também no comércio. Sobre as cidades italianas, afirma ele:

It therefore seems no exaggeration to say that in Italy the first stages of urban history in the Middle Ages were associated with the formation of a ruling group of largely aristocratic and feudal origin, which controlled town life and trading condition. [...] Sometimes the original patriciate adapted itself to the changing volume and nature of trade by taking an interest in its development or by recruiting members from among the merchants themselves (HIBBERT, 1953; p. 19).

Dobb (1946, p. 82) também apresenta argumentos contrários à visão de que as cidades são elementos externos ao feudalismo. Para ele, o surgimento destas possui origens das mais diversas, de cidades do antigo Império Romano a criações do próprio sistema feudal, com objetivos administrativos, militares ou religiosos.

Outro fator externo a minar o feudalismo são as evoluções demográficas. Dobb (1946, p. 60-80) fala de *diferentes* reações dos senhores feudais diante das *mesmas* pressões, ou seja, quedas na população. Em alguns locais, a reação era no sentido de aliviar as obrigações dos camponeses, como aconteceu em boa parte da França e da Inglaterra, onde restrições à mobilidade dos camponeses foram abolidas, os trabalhos nas terras nobres foram convertidos em tributos em espécie fixados por lei, etc. Em outros casos, principalmente na Prússia ao leste do rio Elba, os senhores feudais transformaram uma classe camponesa relativamente livre em uma das mais servis da idade média.

Brenner (1976, p. 37-42) apresenta uma pista importante para se entender os diferentes resultados oriundos das mesmas pressões. Segundo ele, é racional para o camponês usar sua escassez relativa para melhorar suas condições; e também é racional para o senhor feudal a tentativa de proteger sua posição através da redução da liberdade do camponês. O resultado, então, é ditado pelo balanço de forças entre as duas classes. Um dos principais fatores a influenciar esse resultado é a existência de instituições que fortaleçam os camponeses enquanto classe. Um bom exemplo desse caso é o contraste entre a região que hoje corresponde ao noroeste da Alemanha e a Prússia ao leste do rio Elba. No primeiro caso, a existência de terras comunais em grande escala e de vilas rurais nas quais os camponeses praticavam atividades das mais diversas, de comércio à religião, fortaleceu os vínculos entre os camponeses, fazendo com que resistissem à força dos

senhores feudais e conquistassem diversos avanços. No segundo caso, a ausência dessas instituições não gerou tal fortalecimento da classe, tornando-a presa fácil aos senhores feudais⁵.

Em suma, esta primeira seção procurou argumentar que o feudalismo possui um dinamismo interno e que elementos comumente apontados como desestabilizadores acabaram por fortalecer o sistema em determinados casos. Na seção seguinte, analisaremos o caso da Inglaterra, país onde o capitalismo surgiu, e veremos quais fatores levaram à superação do feudalismo.

EVOLUÇÕES NO CAMPO

Uma autora importante para se analisar as evoluções no setor agrícola inglês e o modo pelo qual o capitalismo dele nasceu é Wood (2002). Sua definição de capitalismo merece ser aqui citada sem restrições de espaço. Para ela,

[...] capitalism is the dominant mode of appropriation based on the complete dispossession of direct producers, who (unlike chattel slaves) are legally free and whose surplus labour is appropriated by purely 'economic' means. [...] And even more fundamentally, both capital and labour are utterly dependent on the market for the most basic conditions of their own reproduction. Just as workers depend on the market to sell their labour-power as a commodity, capitalists depend on it to buy labour-power, as well as the means of production, and to realize their profits by selling the goods or services produced by the workers (WOOD, 2002; p. 96-97).

Para ela, a primeira vez que tais características aparecem juntas no mesmo tempo e local é na Inglaterra do século XVI, mais especificamente em seu setor agrícola. As bases para tanto, porém, foram lançadas muito antes.

Em primeiro lugar, estão as características políticas do feudalismo inglês. Desde o momento em que os Normandos se estabeleceram na ilha como uma força política e militar coesa, no século XI, deu-se início a um processo de centralização do poder nas mãos da Coroa, e um consequente enfraquecimento do poderio da nobreza nativa. Essa centralização teve diversos efeitos. Um deles foi a integração das diversas partes do reino por meio de estradas e hidrovias. Um segundo efeito foi a desmilitarização das elites, cujas repercussões serão tratadas a seguir. Por fim, a Coroa estabeleceu um sistema de tributos em moeda metálica, cuja consequência é uma

⁵ Esse resultado é compreensível quando se analisa o trabalho de Byres (1996, cap. 3), que narra o histórico de colonização dessa região. Em sua maior parte, os territórios ao leste do Elba foram colonizados por nobres e ordens religiosas. As terras foram concedidas de modo planejado, e desde o início não havia terras comunais.

troca gradual do tipo de serviço prestado pelos servos, que passa de serviços laborais para rendas em espécie até chegarem às rendas monetárias (WOOD, 2002; p. 98-99).

Em segundo lugar, e parcialmente como resultado do primeiro ponto acima, a estrutura fundiária e de poder no setor agrícola, bastante distinta na Inglaterra quando comparada ao restante da Europa, foi fundamental para o surgimento do capitalismo. A desmilitarização da elite feudal reduziu sua capacidade de extrair renda da classe produtora por meios extraeconômicos; isso implica em uma dependência de fatores estritamente econômicos, como aumento da produtividade e redução dos custos, para que a renda extraída seja maximizada. Outro ponto é o nível altamente concentrado da propriedade da terra, o que implica que grande parte dela não seja cultivada por camponeses que possuem algum direito a ela, como é o caso no restante da Europa, mas sim por arrendatários (WOOD, 2002; p. 99-101).

Oliveira (2002, p. 125-139) aponta alguns outros fatores que distinguem o feudalismo inglês de suas contrapartes europeias. Em primeiro lugar, o enfraquecimento da nobreza, já existente desde a conquista Normanda, acentua-se com a derrota na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e com a subsequente Guerra das Rosas (1455-1485). Como resultado desta última, ascende ao trono da dinastia Tudor, que dá início ao Absolutismo na Inglaterra. Essa dinastia, além de reduzir as fileiras nobres através do uso constante de penas capitais ante supostos atos de traição, praticamente eliminou a influência do Clero na política do reino através da Reforma Anglicana. As seguidas derrotas militares da nobreza levaram a uma alteração na política externa inglesa, que deixa de se preocupar com conquistas militares europeias (o contrário do que os demais países faziam à época) e passa a se focar em conquistas comerciais. As terras expropriadas da Igreja Católica foram vendidas a comerciantes, camponeses abastados e a alguns nobres. Além desse expediente, a dinastia Tudor contribuiu para o surgimento de um mercado de terras ao vender de modo recorrente áreas pertencentes à Coroa, com o intuito de financiar seus gastos conspícuos. O enfraquecimento da nobreza acentua esse movimento, pois muitas famílias se desfazem de suas terras, em parte ou no todo, para angariar recursos financeiros.

Todas essas características apontadas pelos autores acima citados têm consequências nas ações dos camponeses. A crescente transformação de suas obrigações feudais, que vão de trabalhos nas terras do senhor ao pagamento de tributos em moeda, força-os cada vez mais a venderem o produto de seu trabalho no mercado para que consigam o dinheiro necessário para fazer frente às

suas obrigações. Além dessa pressão, o mercado exerce outra, sobre o acesso aos próprios meios de produção, pois surge gradualmente um mercado para o arrendamento das terras (WOOD, 2002; p. 101-103).

Essa pressão dupla do mercado leva a um processo de diferenciação da classe camponesa. Aqueles mais produtivos, com acesso a melhores terras e afortunados com boas colheitas são capazes de vender sua produção no mercado, pagar suas obrigações feudais e tributos e ainda ter uma sobra que pode ser reinvestida na lavoura, seja com novos equipamentos, seja com o uso de animais de tração. Os menos produtivos e desafortunados, no entanto, possuem poucas opções para fazer frente às suas obrigações feudais além de vender a pouca terra que porventura possuam ou de trabalhar em troca de dinheiro. Com o passar do tempo, a tendência desse processo de diferenciação é de se agravar. O resultado é uma maior concentração de terras e a criação de um grupo de pessoas desprovidas de meios de produção (DOBB, 1946; p. 60-63).

Essa última tendência é agravada com outro fator: os cercamentos, nome pelo qual ficou conhecido o processo de apropriação de terras comunais. Essas terras eram de propriedade da vila, ou da comunidade rural, e servia, entre outras coisas, como área de pasto para os rebanhos dos camponeses, pontos de coleta de lenha, etc. No século XVI ocorre a primeira onda de cercamentos, através da qual membros da nobreza tomam posse dessas terras comunais. Uma segunda onda de cercamentos vem mais tarde, no século XVIII, conhecida como “cercamentos parlamentares”, pois a tomada de terras comunais era permitida via decretos do parlamento (WOOD, 2002; p. 108-109). Dobb (1946, p. 227) aponta que essa segunda onda abarcou um quinto de toda a terra arável da Inglaterra. As consequências disso para a classe camponesa são óbvias: destituídos de parte de suas terras, muitos não conseguem subsistir com o pouco que lhes resta e são obrigados a vender sua força de trabalho; outros acabam na mendicância. Aqueles que usavam as terras comunais como pasto para seus animais de tração têm sua produtividade reduzida, e então o processo de diferenciação descrito no parágrafo anterior faz sentir seus efeitos. Os senhores feudais, por sua vez, ficam com ainda mais terras, que se tornam disponíveis aos camponeses-arrendatários.

Em suma, os acontecimentos no setor agrário inglês não só deram início ao capitalismo, como também lançaram as bases para sua próxima etapa de desenvolvimento, a industrialização. Deu início ao capitalismo porque, pela primeira vez, fez com que as principais classes – senhores feudais e camponeses – dependessem do mercado para se reproduzirem socialmente. E lançou as

bases para a próxima etapa de desenvolvimento porque, ao mesmo tempo em que criou uma massa de trabalhadores desprovidos de meios de produção⁶, criou um mercado consumidor tanto para o setor agrícola do qual foram despejados quanto para o setor industrial para o qual logo migrariam.

MANUFATURA, ESTADO E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Antes do surgimento do capitalismo, a comercialização, e os mercados em geral, eram dominados pelo capital mercantil. A característica principal desse tipo de capital é explorar a diferença de preço entre mercados afastados geograficamente, sem alterar o sistema de produção. Porém, para que o capitalismo floresça, é necessário que o capital adentre o processo produtivo. Dobb (1946, p. 123), usando dois conceitos de Marx, argumenta que existem dois caminhos para que isso ocorra.

O primeiro caminho é através do próprio capital mercantil, que começa a se aproximar do processo produtivo no século XVI, majoritariamente nos setores têxteis, couro e artigos de metal. Entretanto, esse movimento inicial “*was here limited to extending handicraft production and breaking down the limits imposed by the traditional urban monopoly*” (DOBB, 1946; p. 130). O modo pelo qual a produção escapa das restrições das guildas é através do *putting-out system*, no qual o mercador entrega matérias primas aos produtores, recebendo mais tarde o produto finalizado. Esses trabalhadores localizavam-se em sua maior parte na zona rural, pois ali a jurisdição das guildas não mais tinha força. Nessa etapa, os produtores ainda detinham seus meios de produção, e a concentração de trabalhadores em fábricas era uma situação rara, uma vez que o estágio da técnica não trazia nenhum ganho na aglomeração de trabalhadores (DOBB, 1946; p. 138).

Os processos ocorridos no meio rural, descritos na seção anterior, tiveram efeitos no sistema de *putting-out*. A diferenciação da classe camponesa, e a conseqüente pauperização de boa parte dela, deixou os produtores submetidos ao sistema de *putting-out* cada vez mais dependentes do capital mercantil. Aos poucos, deixam de deter os próprios meios de produção e se tornam parecidos com trabalhadores assalariados. Essa situação torna-se predominante já no século XVII. Sobre ela, afirma Dobb:

⁶ O que Marx chama de trabalhador livre em dois sentidos: livre de meios de produção e livre para escolher aonde trabalhar, pois já não é mais um camponês feudal no sentido clássico, preso à terra e impossibilitado de dela se desvincular.

The subordination of production to capital, and the appearance of this class relationship between capitalist and the producer is, therefore, to be regarded as the crucial watershed between the old mode of production and the new, even if the technical changes that we associate with the industrial revolution were needed both to complete the transition and to afford scope for the full maturing of the capitalist mode of production and of the great increase in the productive power of human labour associated with it (DOBB, 1946; p. 143).

O outro caminho para que o capital adentre o processo produtivo é pelos próprios produtores. O processo de diferenciação na agricultura fez com que alguns membros da camada superior começassem eles próprios a organizar a produção doméstica de manufaturas, constituindo, assim, uma alternativa ao capital mercantil que se aproximava da produção. Outra fonte desse crescimento “por baixo” vem das guildas, nas quais alguns de seus associados, descontentes com as restrições, começam a organizar a produção longe da jurisdição das guildas. Em muitos casos, o estabelecimento dessas empresas é feito com financiamento de grandes comerciantes, tipicamente detentores de capital mercantil (DOBB, 1946; p. 123).

A progressiva concentração de trabalhadores no mesmo local de trabalho leva a crescente divisão técnica do trabalho. Essa parcialização de tarefas tem como consequência a desqualificação do trabalho, pois é exigido um menor grau de qualificação e aprendizado dos trabalhadores. Com isso, reduz-se o valor da força de trabalho. O ritmo de produção, porém, continua sob controle dos trabalhadores, o que coloca um limite à valorização do capital. Duas características do período manufatureiro anterior à revolução industrial são a indisciplina dos trabalhadores e a migração entre países de trabalhadores especializados, ambos combatidos com legislações especiais e interferência do estado. Dados os limites à valorização do capital, tem-se que o período manufatureiro é caracterizado pela extração de mais-valia absoluta, refletida nos frequentes prolongamentos da jornada de trabalho e na inclusão de mão de obra infantil e feminina (OLIVEIRA, 2002; p. 40-48).

O mercado para a produção dessas manufaturas é engendrado pelo capital mercantil em parceria com as políticas mercantilistas. Por um lado, “é o desenvolvimento do capital mercantil que regula e imprime o ritmo de acumulação do capital manufatureiro” (OLIVEIRA, 2002; p. 48). Por outro, “as limitações do processo de acumulação de capital do período manufatureiro exigirão o apoio e a intervenção do Estado para que esse processo se desenvolva, intervenção que se cristaliza na política mercantilista” (*ibid.*). Sobre o tamanho dos mercados, Wood (2002, p. 140) aponta que as características do mercado interno criavam fortes incentivos para aumentos da

produtividade que levassem a reduções de preços. Isso porque o mercado consumidor inglês era composto por uma massa de pessoas pobres, com poucos recursos disponíveis para gastar no mercado. Assim, “*Production for this market required making up in numbers what consumers lacked in wealth. [...] This was, in other words, the first economic system in history in which the limitations of the market impelled instead of inhibiting the forces of production*” (WOOD, 2002; p. 140).

Antes da Revolução Industrial, havia grande heterogeneidade na organização da produção. Coexistiam a agricultura camponesa parcelar, a agricultura capitalista em larga escala, o artesanato urbano, o *putting-out*, a manufatura e a produção colonial. Corresponhia a essa heterogeneidade de organização produtiva diversos tipos de relações de produção: produtor direto independente na agricultura camponesa e no artesanato, assalariados nas manufaturas e na agricultura capitalista, e escravidão nas colônias. Toda essa heterogeneidade era articulada pela ação do capital mercantil (OLIVEIRA, 2002; p. 49).

A Revolução Industrial vem derrubar um dos principais entraves à valorização do capital impostos pela manufatura. “a produção fabril, ao expandir-se, exige oferta no mercado de crescente volume de máquinas a baixos preços, o que é incompatível com a organização manufatureira que ainda depende da perícia e habilidade de trabalhadores especializados” (OLIVEIRA, 2002; p. 57). Com a produção fabril de máquinas, rompe-se com esse entrave e o capital passa a se autodeterminar. Além disso, a Revolução Industrial, através da produção mecanizada, completa a separação entre trabalhadores e meios de produção: além de perder a posse destes, o trabalhador perde também o controle do processo produtivo, cujo ritmo agora é ditado pelas máquinas (OLIVEIRA, 2002; p. 59).

Com sua produtividade superior, a grande indústria gradativamente acaba com aquela heterogeneidade de organizações produtivas controlada pelo capital mercantil. Os trabalhadores expulsos dos sistemas de artesanato e *putting-out* vão engrossar as fileiras de proletários, já cheias com os camponeses expropriados de suas terras. Forma-se, assim, “uma classe operária homogênea e um mercado de trabalho unificado” (OLIVEIRA, 2002; p. 63).

Em termos setoriais, a Revolução Industrial tem como principal setor o têxtil. Além de ser o setor mais adequado às características do mercado, tanto interno quanto externo, citadas acima, o têxtil possui outros fatores que explicam sua importância. Em primeiro lugar, é um setor cujo

montante de capital inicial a ser investido é relativamente baixo, permitindo a entrada nos negócios de diversos agentes. Em segundo lugar, aponta Oliveira:

A produção fabril de têxteis promove rápida urbanização, impulsionando a construção civil e a demanda de carvão para consumo doméstico. O surto da mineração carbonífera expandia o mercado de máquinas a vapor, permitindo o surgimento da indústria mecânica, e o transporte desse mineral estimulava a construção de canais. O crescente uso de máquinas a vapor na mineração, na indústria têxtil e alimentar, ao lado da dinamização da construção civil expandiam o mercado da metalurgia (OLIVEIRA, 2002; p. 169-170).

A atuação do Estado foi fundamental para o surgimento do capitalismo. Dobb (1946, p. 233-234) aponta para as sucessivas legislações que impeliam os camponeses despossuídos ao mercado de trabalho. A dinastia Tudor possuía legislações severas contra a “vagabundagem” e a mendicância. No século XVI, pessoas consideradas vagabundas em Londres tinham penas que variavam de chicoteamento à afixação de colares de metal no pescoço. Pedintes eram punidos com queimaduras nas orelhas.

Heller (2011, p. 180) ressalta que a política imperial britânica foi fundamental para o desenvolvimento industrial do país. Em primeiro lugar, por abrir novos mercados ao país, através de conquista de colônias e de estabelecimento de tratados de preferência comercial. Em segundo lugar, porque o próprio ato de abrir novos mercados, dado o caráter colonial da ação, reduzia a possibilidade de seus concorrentes – principalmente França e Holanda – de aumentarem seus mercados. Em terceiro lugar, porque a postura belicista dessa busca por colônias impulsionava a demanda de vários setores industriais, como o metalúrgico, o bélico-armamentista e o naval.

Um exemplo claro da importância do mercado externo no desenvolvimento industrial da Inglaterra foi o setor de tecidos de algodão. Ele foi um dos principais setores a se beneficiar da Revolução Industrial, e o primeiro a ser mecanizado. Ele dependia diretamente do comércio exterior e da política colonial, pois sua matéria-prima vinha inteiramente das colônias e maior parte de seus produtos finalizados era vendido para estas (HELLER, 2011; p. 180).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou do surgimento do capitalismo. Para isso, valeu-se da discussão de inúmeros autores sobre as características do modo de produção anterior a ele, o feudalismo. Foram discutidas

as principais características do feudalismo e foram ressaltadas as peculiaridades do feudalismo inglês, local que deu origem ao capitalismo. Este sistema não surge da noite para o dia, necessitando de séculos para o seu surgimento em forma plena, através da Revolução Industrial. Além disso, ressaltou-se o papel do Estado no longo caminho entre o feudalismo e o capitalismo, e como o uso da força bruta foi necessário em diversos aspectos, da expropriação de camponeses à conquista de colônias ultramarinas.

Espera-se que, com essas evidências, fique claro que o capitalismo nada tem de natural. O pensamento dominante na ciência econômica leva à crença de que a comercialização e a troca fazem parte do instinto humano e que a história econômica da humanidade não passa de uma marcha inexorável rumo ao pleno estabelecimento dos mercados. Um olhar atento à historiografia revela o oposto: que a maior dependência do mercado não veio de forma natural, e sim coberta de sangue e injustiças.

REFERÊNCIAS.

BRENNER, R. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. **Past & Present**, No. 70, p. 30-75, 1976.

BYRES, T. J. **Capitalism from above and Capitalism from below**. New York: Palgrave Macmillan, 1996.

DOBB, M. **Studies in the development of capitalism**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1946.

DOBB, M. The Transition from Feudalism to Capitalism. **Science & Society**, Vol. 14, No. 2, pp. 157-167, 1950

HELLER, H. **The birth of capitalism - A twenty-first-century perspective**. London: Pluto Press, 2011.

HIBBERT, A. B. The Origins of the Medieval Town Patriciate. **Past & Present**, No. 3, pp. 15-27, 1953.

HILTON, R. H. The Transition from Feudalism to Capitalism – Comment. **Science & Society**, Vol. 17, No. 4, pp. 340-351, 1953.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. Campinas: UNESP, 2003.

POMERANZ, K. **The great divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy**. Princeton: Princeton University Press, 2009.



SWEEZY, P. M. The Transition from Feudalism to Capitalism. **Science & Society**, Vol. 14, No. 2, pp. 134-157, 1950.

WOOD, E. M. **The origin of capitalism: a longer view**. London: Verso, 2002.